Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

O recado de Gilmar

Ainda que alguns bolsonaristas que se preparam para assumir o mandato em 2027 falem em anistia aos condenados pela tentativa de golpe e os atos de 8 de janeiro de 2023, o decano do Supremo, ministro Gilmar Mendes, deu o seguinte aviso em entrevista ao jornalista Jorge Fontevecchia, em Buenos Aires: "Esses crimes não são indultáveis. Bolsonaro fez um teste, deu indulto a um deputado (Daniel Silveira), e o STF disse não. A despeito de uma maioria bolsonarista no Senado, não se fala em anistia porque esses crimes não são anistiáveis".

Sindicatos na foto

O presidente Lula conseguiu, com o decreto do fim da escala 6x1, colocar as centrais sindicais em uma posição privilegiada. Essas instituições, que vinham perdendo protagonismo no mundo do trabalho diante da população mais jovem, agora estão novamente inclusas nas negociações para cumprimento da nova lei. O que se diz entre seus integrantes é que agora vai ou racha. Vai ser difícil surgir outra oportunidade de atração do público jovem.

Pediu, mas não vai levar

O União Brasil, de Antonio Rueda, federado com o PP de Ciro Nogueira, adoraria ficar com o Ministério de Minas e Energia. Mas Alexandre Silveira, do PSD, ficará no cargo, se for convidado a permanecer. E o que se diz no Planalto é que Silveira só sai se quiser, e ele não quer.

Fiquem, mas não me apressem

Embora o presidente Lula tenha pedido a um grupo de ministros que permanecesse em Brasília, a ordem de prioridades segue a mesma: antes de nomear aqueles que vão compor o governo Lula 4, o petista pretende indicar o futuro ministro ou ministra do Supremo.

A hora de proteger o processo de Vorcaro

Ao mandar divulgar o relatório sobre suas relações com Daniel Vorcaro, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça teve dois objetivos. O principal deles é evitar que suas ações em relação ao caso Master sejam consideradas nulas no futuro. Advogados de Vorcaro vêm a todo o momento em busca de brechas, tanto para garantir a liberdade do ex-banqueiro quanto para anular todo o processo ou partes importantes dele. Vale lembrar que, no passado, houve nulidade de parte do processo da Lava-Jato, por causa das denúncias de conluio entre o então juiz do caso, Sergio Moro, e o Ministério Público. Moro, aliás, deixou o caso e virou ministro de Jair Bolsonaro. Mendonça quer evitar dar asas aos advogados do ex-banqueiro.

» » »

Sob pressão/ André Mendonça aproveita ainda para marcar as diferenças em relação aos demais ministros do STF enroscados no caso de Daniel Vorcaro. Ao liberar a divulgação do relatório da Polícia Federal, o magistrado amplia a pressão para que seus colegas façam o mesmo. O presidente Edson Fachin vem tentando, mas ainda não conseguiu pacificar a Corte. O colegiado vive a cada dia a sua aflição. A do momento é de garantir que as investigações sigam seu curso.



CURTIDAS

A Bahia quer tudo/ Sabendo das dificuldades de voltar à Casa Civil, Rui Costa está se "escalando" para outros cargos, inclusive o Ministério dos Transportes, hoje na cota do MDB. Nada está certo, e Lula não tem pressa.

Na frente I/ Os deputados do PL que estão no mandato veem o deputado Luiz Phillipe de Orleans e Bragança, o príncipe, muito mais engajado na campanha para presidência da Câmara dos Deputados do que o mineiro Nikolas Ferreira. Nikolas tem um problema: falta idade para assumir a Presidência da República, caso seja necessário. Embora o artigo que cita o presidente da Câmara como terceiro na linha de sucessão não mencione nada a respeito, a avaliação é a de que isso seria um problema.

Kayo Magalhães



Na frente II/ Orleans e Bragança **(foto)**, aliás, já montou uma plataforma eleitoral que inclui reforma do Judiciário, redução de impostos e controle dos gastos públicos. Chega com ares de candidato que não pretende desistir da empreitada.

CONGRESSO

Ajuste fiscal chega à Câmara

Relatório de Benevides Filho não altera PLP, e a expectativa do governo é de que a votação venha como a proposta chegou do Senado

» LUÍZA ALTOÉ

A Câmara dos Deputados inicia a próxima semana analisando o projeto de lei complementar (PLP) com medidas que devem melhorar em R$ 50 bilhões o Orçamento de 2027. A expectativa do governo é de que a matéria tenha uma tramitação rápida e sem alterações substanciais na Casa, para ser logo sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Hugo Motta (Republicanos-PB) vem sinalizando positivamente ao tema, e convocou uma sessão extraordinária para que o projeto seja votado já na segunda-feira.

O relator da matéria, deputado Mauro Benevides (União-CE), vem procurando as bancadas partidárias para explicar as medidas que integram o PLP. Na quinta-feira, ele apresentou um relatório sem alterações ao texto aprovado pelo Senado Federal na semana passada. "Consideramos as medidas proporcionais e suficientemente delimitadas", avaliou no seu parecer. A ideia é não fazer mudanças de mérito no texto para impedir uma prolongação da sua tramitação. Isso porque, caso houvesse mudanças, a matéria teria de retornar à Casa Alta para que os senadores dessem um aval ao texto alterado.

Benevides deve procurar deputados da oposição na segunda-feira, antes da votação. Parlamentares do PL pretendem apresentar sugestões de mudanças ao texto por meio de emendas e levá-las a votação por meio de destaques. A ideia é insistir nos temas já questionados pela oposição durante a tramitação do PLP no Senado.

Ao tentar avançar rapidamente com a matéria no Senado, o governo esbarrou na resistência da oposição a trechos do projeto. Além das mudanças na Lei Kandir, que limitavam o valor de repasse da União aos estados em determinado prazo, a oposição também criticou a possibilidade do governo restringir a "compensação cruzada", ou seja, o uso de créditos tributários pelas empresas para quitar impostos.

Hoje, empresas que possuem créditos tributários reconhecidos pela Receita Federal podem usá-los para quitar impostos devidos. O projeto restringe essa possibilidade em determinadas situações de contenção de despesas. Na Câmara, o deputado Carlos Jordy (PL-RJ) pretende apresentar emenda supressiva para excluir o trecho do texto. Ele deve fazer o mesmo com o dispositivo que autoriza a retirada das receitas de imposto de exportação de petróleo da base de cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL), o que interfere no piso da saúde.

Outra emenda supressiva trataria do trecho do projeto que, entre os exercícios de 2027 e 2030, limita a R$ 3 bilhões ao ano o valor que a União paga aos regimes próprios de previdência de estados e municípios. Além disso, ele deve apresentar uma emenda modificativa para que a economia com a redução dos supersalários do Executivo seja destinada para reestruturação e reorganização das carreiras.

Ao **Correio**, Jordy admitiu que o PLP não deve passar por alterações no seu mérito e afirmou que o objetivo dos destaques é desgastar o governo. "A Câmara é revisora, se a gente fizer uma alteração, muito provavelmente o Senado vai desfazer. Então, os destaques são mais no sentido de constranger e mostrar que a base do governo vai votar favorável a um projeto que tira recursos da saúde, aumenta carga tributária e dá calote nos estados pela compensação previdenciária", disse.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Motta sinalizou positivamente ao tema e convocou sessão extraordinária para a próxima segunda; oposição pretende apresentar sugestões ao texto

Bancada feminina

Para além das pautas, as articulações pela presidência das Casas seguem na próxima semana. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), deve se reunir na quarta-feira com a bancada feminina da Casa. Houve uma tentativa, no início do mês, de realizar o encontro, mas ele foi adiado pela baixa adesão.

O objetivo é reunir senadoras em exercício e as recém-eleitas. O evento foi apresentado como uma forma de recepção das parlamentares que vão ingressar na Casa a partir de 2027, mas seu caráter eleitoral também foi notado. Alcolumbre tenta atrair o voto feminino, também cobiçado pela sua adversária, a senadora Tereza Cristina (PP-MS), que pretende ser a primeira mulher a liderar o Congresso.

A partir do próximo ano, a bancada feminina reunirá 18 integrantes, com metade composta de senadoras de direita. Em meio a uma disputa acirrada com a oposição, Alcolumbre vem tentando se aproximar das senadoras, bancada em que a candidatura de Tereza tem mais vantagem.

"Acordão" com o STF

O deputado federal reeleito Lindbergh Farias (PT-RJ) publicou um vídeo nas redes sociais, ontem, criticando o destravamento do julgamento da Lei da Dosimetria pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A lei altera regras para reduzir penas e facilitar a progressão de regime de condenados por crimes golpistas no país, e pode beneficiar envolvidos no 8 de janeiro e o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Nesta semana, os presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), se reuniram com o ministro Alexandre de Moraes, relator das ações que questionam a constitucionalidade da Lei.

Eles pediram o julgamento do caso pelo Plenário do STF ainda este ano. Em resposta, o ministro pautou o tema para o dia 4 de dezembro. Na avaliação do deputado, a sequência de acontecimentos revela um "acordão" com o bolsonarismo para garantir a reeleição dos atuais presidentes das duas Casas.

"Nas vésperas das eleições de presidente da Câmara e do Senado, me parece um acordo global", apontou. Além disso, para ele, a Corte também se beneficiaria: "O PL esquece essa história de impeachment de ministro do Supremo e o STF embarca nessa e aprova uma tese inconstitucional".

Ainda durante o vídeo, ele cita como exemplo uma possível interrupção das investigações do caso do Banco Master e a soltura do ex-banqueiro Daniel Vorcaro. "Eu sei que isso interessa a Flávio Bolsonaro. Eu só quero dizer uma coisa: a sociedade brasileira não vai aceitar isso", afirmou. (**LA**)